

Burocratas querem impedir união DF-GO-MG

Affonso Fabre

O principal fator de intransigência e de problemas na ocupação do solo de Brasília — tanto nas glebas do chamado "Cinturão Verde" quanto nos imóveis urbanos do Plano Piloto e das cidades-satélites — é a falta de uma representação política.

Esta opinião é do senador Henrique Santillo (PT-GO), para quem é fundamental a criação de uma estrutura representativa de todos os níveis, desde bancadas no Congresso Nacional até Câmaras de Vereadores em cada região autônoma. Numa etapa posterior, quando também os Estados elegeram os prefeitos de suas capitais e os respectivos governadores pelo voto direto, Santillo acredita que o mesmo deverá ser feito em relação ao Palácio do Buriti.

Diz o senador que "a luta para assegurar-se à comunidade brasileira o direito de eleger sua representação política transcende os limites de um problema local para ser nacional, na medida em que se insere na luta de todo o povo brasileiro pela democracia".

Henrique Santillo — que acompanha todas as etapas da instalação da Capital Federal no Planalto, ressalta os problemas decorrentes, em particular o tumultuado processo de criação do núcleo habitacional e populacional das cidades-satélites, "hoje transformados em dormitórios de trabalhadores e de suas famílias". E lembra que o número de pessoas que procuram a Capital, principalmente fugindo de condições climáticas inóspitas, como o Nordeste, e outras regiões menos desenvolvidas, só faz agravar o problema, "na medida em que os sistemas receptivos e de emprego se mostram incapazes de absorver e dirigir aquela mão-de-obra, geralmente não-qualificada".

Um caso atual, o da invasão de cinquenta unidades da SHIS em Taguatinga, para Santillo sintetiza o problema concreto, que vem desafiando sucessivas administrações.

— E notória — enfatiza o senador — a falta de recursos e de planos eficazes para atender à população que demanda Brasília e sua ecorregião. Sem embargo, do empenho eventual de programas e de verbas, o fato incontestável é o agravamento progressivo do problema, que hoje afeta cerca de 50 trabalhadores e suas famílias, num total de 400 pessoas que con-



Roberto Jayme

O senador Henrique Santillo quer a Comissão do DF mais agilizada ainda este ano

fiaram nas perspectivas do Distrito Federal e não podem ser atiradas à rua, ao desemprego. Por outro lado, o deslocamento puro e simples, sem uma assistência real e sem emprego seguro, representa apenas um passo no rumo da miséria e da tensão social".

VÍNCULO

Henrique Santillo faz sérias críticas à Comissão do Distrito Federal, no Senado, e entende que suas competências são bastante limitadas e encontram um agravante na falta de representatividade de seus componentes, que "não possuem qualquer ligação com a comunidade brasileira".

— Além de não se estabelecer o vínculo representativo pelo processo eleitoral direto, seus membros (senadores de vários Estados da Federação — aqui residem mais como corpos estranhos do que como membros integrados aos anseios da comunidade, hoje já suficientemente grande para despertar as preocupações de todos quantos conhecem e vivem seus problemas".

Nesta falta de representatividade, segundo o senador, "reside a sua atuação apagada", limitada à apresentação de pareceres processuais sobre propostas legislativas. "E só". Afirma ainda que a Comissão poderia assumir papel de destaque na luta pelo desenvolvimento político do Distrito Federal, desde que se abrisse para a discussão de todos os problemas da comunidade, quer do Plano Piloto, quer das Cidades-Satélites. Ele cita também alguns pontos fundamen-

tais, carentes de abordagem em nível político, de debates sérios e produtivos em busca de soluções:

— Problemas relacionados com a vida da comunidade, tais como transportes, saneamento básico, invasões, habitação, saúde, educação e cultura, uso do solo, rede hospitalar, recreação, desemprego, abastecimento e vários outros, precisariam encontrar na Comissão do Distrito Federal a necessária ressonância, até mesmo para a conscientização da necessidade de uma representação política própria".

ANEXAÇÃO

Henrique Santillo condena frontalmente as tentativas e as teorias que propõem a anexação dos municípios vizinhos ao Distrito Federal, movimento que volta à tona nos pronunciamentos políticos. Isto, no seu entender, "é um absurdo comparável à cura de uma infecção de um dedo pela amputação de um braço". E acentua o senador por Goiás que "até o momento, apenas a incompetência burocrática e a má vontade dos envolvidos (Brasília, Goiás e Minas Gerais) têm impedido a implementação de um convênio com esses municípios, que permita e necessária aplicação de recursos financeiros, na solução de seus graves problemas sociais e econômicos. O mais sério, devido à maior proximidade do Distrito Federal, é o de Luziânia, município submetido a uma explosão demográfica e transformado em dormitório de dezenas de milhares de famílias, cujas relações econômicas, sociais, e culturais se fazem com

Brasília, mas exigem da prefeitura todos os investimentos de infra-estrutura urbana indispensável a uma vida menos pior".

O líder petebista acusa a burocracia de responsável, em parte, pela falta de soluções para os problemas sociais de Brasília, e dos municípios vizinhos, "hoje virtuais novas cidades-satélites", afirmando que o "anteprojeto de convênio, a ser assinado entre os governos do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais, está há mais de um ano tramitando pelos gabinetes da burocracia administrativa, sem nenhuma solução, entravado, segundo se sabe, por mesquinhos obstáculos de ordem política".

Para Henrique Santillo, esta seria uma excelente oportunidade para a Comissão do Distrito Federal se engrandecer perante a população que trabalha e vive em Brasília, mesmo formalmente domiciliada em Goiás e Minas:

— Sei que o prefeito de Luziânia, Walter Rodrigues, tem-se empenhado na imediata assinatura desse convênio, sem nenhum sucesso. Assistem-lhe carradas de razão, por viver diretamente os gravíssimos problemas de conjuntos habitacionais como Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Pedregal e tantos outros, todos carentes de infra-estrutura urbana, saneamento básico, energia elétrica, transportes, áreas de lazer, etc. Todos exigindo assistência, cobrando o que uma administração municipal como a de Luziânia está impossibilitada de fornecer".

Admitindo a realidade da situação, a ocupação urbana de antigas glebas rurais em Luziânia, Santillo considera fundamental que os serviços próprios do Distrito Federal sejam estendidos até ali, atendendo à imensa população que usufrui de suas residências em Goiás, mas deixa seus recursos nas regiões do Distrito Federal.

Ao lembrar que a Comissão do Distrito Federal exige-se o atendimento de muitas e variadas atribuições, Santillo justifica sua defesa da representação política para Brasília. "Mas POLITICA com letras maiúsculas, a participação do povo nas decisões que lhe dizem respeito, coisa até aqui negada aos cidadãos do Distrito Federal, num reflexo ampliado das frustrações que afligem a todos os outros brasileiros, há muitos anos proibidos de elegerem seus governantes em todos os níveis".

Um anteprojeto de convênio a ser assinado entre os governos do Distrito Federal, Minas Gerais e Goiás para resolver os problemas sociais da região geoeconômica de Brasília está "dormindo" nas gavetas da burocracia, entravado por obstáculos de ordem econômica, segundo a denúncia do senador Henrique

Santillo. O líder do PT faz também sérias críticas à atuação da Comissão do Distrito Federal no Senado, acusando-a de falta de representatividade, pois seus membros "não possuem

qualquer ligação com a comunidade brasileira". Santillo defende, por isto, eleições para que Brasília tenha representação política em todos os níveis, mas "POLITICA com letras maiúsculas, a participação do povo nas decisões que lhe dizem respeito, coisa até aqui negada aos cidadãos do Distrito Federal, num reflexo ampliado das frustrações que

afligem a todos os outros brasileiros, há muitos anos proibidos de elegerem seus governantes em todos os níveis".

O senador por Goiás é de opinião que a Comissão do Distrito Federal deve ser um fórum de debates de problemas específicos de Brasília e da sua região geoeconômica, porque para ele os problemas do DF e da sua área adjacente são frutos do mesmo quadro, "e não se pode falar hoje dos problemas de Brasília sem uma referência obrigatória aos existentes na chamada «Área de Transição da Região Geoeconômica de Brasília»".